

# EDITORIAL – REVISTA ESTUDOS GEOGRÁFICOS

## Número especial – IV CBOE

Na quarta edição do Congresso Brasileiro de Organização do Espaço (CBOE), realizada entre os dias 29 de maio e 1 de junho de 2023, o objetivo foi trazer à tona a diversidade regional dos “brasis da fome”, não só retratando e denunciando suas mazelas. Mas também buscando debater as alternativas encontradas pelos movimentos sociais e pelas pesquisas acadêmicas no que se refere à insegurança alimentar. Para isso, retomamos, como ponto de partida, a clássica obra de Josué de Castro “Geografia da fome”, de 1946, para afirmar que a fome/a subalimentação no Brasil e no mundo não se devem a contingências naturais. Pelo contrário: as razões para sua explicação estão nos sistemas econômicos e sociais e, portanto, a fome é um desastre social (e não natural).

Passados quase 80 anos da publicação da primeira edição desta obra, o cenário atual mostra, segundo o relatório da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, publicado em maio de 2022, que a fome tem atingido cerca de 33 milhões de brasileiros, sendo que esse número chega a 61 milhões de brasileiros, considerando aqueles que sofrem com a insegurança alimentar, de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), no Relatório SOFI (2022). Ou seja, o país retornou ao Mapa da Fome. E, portanto, a obra de Josué de Castro permanece viva e, infelizmente, atual. O dilema entre pão ou aço, ao qual o autor se referia metaforicamente no livro, ainda se mantém sem uma resolução.

Diante desse retrato, a proposta da IV edição do CBOE teve o intuito de manter viva a atuação do Programa de Pós-graduação em Geografia da Unesp Rio Claro em pautar discussões que são de extrema relevância, não só para a comunidade acadêmica e geográfica, trazendo a temática da fome como urgente e incluindo discussões de estratégias para a sua erradicação, o que é de imensurável relevância para a construção de uma sociedade plenamente democrática e igualitária. Algo que foi colocado em xeque nos últimos anos pelos incontáveis ataques às instituições, aos direitos sociais, à soberania nacional e à própria segurança alimentar.

Por meio de um esforço coletivo, que exigiu intenso diálogo, compromisso e dedicação, se traduz em uma programação com quatro mesas redondas, dois trabalhos de campo, dois minicursos, apresentações de trabalhos, lançamento de livros, exposições e homenagens. Com essa programação, a comissão organizadora esperava contribuir para promover uma profunda reflexão (sob o olhar da Geografia) em torno de questões que envolvem a construção de um território soberano, de um pensamento autônomo e crítico e do avanço no sentido de uma sociedade humana e justa.

Como fruto desse processo, foram selecionados 15 artigos, dentre os mais de 200 trabalhos submetidos, para serem publicados na Revista Estudos Geográficos, importante periódico ligado ao Programa de pós-graduação em Geografia. Esta mantém viva a tradição de um escopo amplo, que contempla a diversidade da Geografia e que se consolida no cenário nacional como um importante veículo de divulgação e promoção da ciência. Mantendo essa proposta, os artigos refletem essa diversidade, abordando temas muito

variados ligados à dinâmica fluvial, Geoecologia, Áreas de Preservação Permanente, educação popular, pedagogia libertária, Educação em Geociências, financeirização do espaço urbano, reestruturação urbana, avanço da fronteira agrícola, agroindústria, imperialismo, ontologia, Geografias feministas e direito à cidade.

Abrindo essa edição especial, os três primeiros artigos foram selecionados com base nos trabalhos enviados para o Eixo 1 (Dinâmicas da Paisagem e Análise Socioambiental). O primeiro, denominado “Análise de índices morfométricos da Bacia Hidrográfica do Rio Preguiças (MA), Brasil”, utiliza técnicas de geoprocessamento para compreender a dinâmica hidrográfica em uma bacia localizada no estado do Maranhão. Na análise foram utilizados como parâmetro, características geométricas do relevo e das redes de drenagem. Como resultados da investigação, os autores comprovam a baixa tendência à ocorrência de enchentes e à concentração do fluxo fluvial, a infiltração na drenagem e as dificuldades para a formação de canais fluviais.

O segundo artigo, denominado “Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal na Alta Bacia do Rio Cabeça (SP): uma análise a partir da Lei 12.651”, tem como objetivo avaliar se os padrões de uso e ocupação do solo, em uma bacia do interior do estado de São Paulo, estão respeitando as determinações legais. Através de cartas de uso e ocupação das terras e mapeamentos de Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal, que são tratadas na lei, os pesquisadores constatam o descumprimento do que está previsto na legislação e apontam algumas consequências da ocupação incorreta, como a intensificação de processos erosivos, o assoreamento de corpos d’água e a degradação ambiental. Nessa pesquisa é defendido que os impactos ambientais negativos se sobressaem aos benefícios financeiros da produção em áreas de APP e reserva legal.

Na sequência, o artigo “Unidades físicas da bacia hidrográfica do Ribeirão do Curtume, Pindamonhangaba (SP)” busca analisar e mapear a área de estudo tendo como objetivo a elaboração de uma Carta de Unidades Físicas, a qual fornece uma visualização dos setores da bacia que apresentam características similares. A partir de referenciais da Geoecologia da Paisagem, a pesquisa contribui ao apresentar características das unidades, demonstrar as interações entre os componentes geoambientais e classificar as áreas a partir do critério de instabilidade.

Os próximos três artigos são oriundos dos trabalhos submetidos ao Eixo 2 do evento (Ensino de Geografia e Cartografia Escolar). O primeiro desse grupo, o quarto artigo do número, apresenta possibilidades para o ensino de Ciência do Sistema Terra (CST) a partir das habilidades presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sobretudo a partir daquelas que correspondem aos componentes curriculares Geografia e Ciência. Reconhecendo a importância do CST, em sua abordagem interdisciplinar e holística, os autores fazem uma análise da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para identificar potencialidades para o ensino de CST a partir desse documento curricular, além de defenderem uma perspectiva de ensino que contribua para a conservação ambiental e patrimonial.

Em “O lugar na construção de uma educação popular a partir de Milton Santos, Paulo Freire e Bell Hooks”, os autores do artigo propõem um diálogo entre esses três intelectuais, de reconhecimento internacional, visando discutir quais são suas contribuições e articulações epistemológicas no sentido de uma

educação libertadora. O conceito geográfico de lugar é ressaltado no texto, tendo em vista sua relevância para a educação popular, que se configura como resistência às políticas neoliberais, afirmando uma perspectiva crítica e emancipadora. Já a partir das contribuições de Élisée Reclus, Piotr Kropotkin e Francisco Ferrer, o sexto artigo intitulado “Educação e Geografias libertárias: uma centelha na Geografia Escolar” apresenta e discute as contribuições de ideias anarquistas para superar algumas problemáticas relacionadas ao ensino de Geografia na atualidade. Além disso, é empreendido um debate sobre o porquê o referencial teórico anarquista é pouco frequente nas produções acadêmicas.

Abrindo a seção de textos que contemplam as temáticas ligados ao Eixo 3 (Territórios, Mutações Econômicas e Políticas Públicas), no sétimo artigo há uma discussão sobre a participação do capital financeiro no planejamento e execução de projetos habitacionais relacionados à construção de moradias populares. No texto, há uma análise do processo de financeirização a partir da investigação do modo de funcionamento de dois programas governamentais: Minha Casa Minha Vida e Casa Verde e Amarela. Na sequência, o oitavo texto, que também apresenta discussões sobre questões que envolvem o espaço e as cidades, os pesquisadores discutem a reestruturação urbana e econômica da área urbana a partir da atuação de agentes privados. A partir de um estudo de caso a respeito do empreendimento Megashop Moda Nordeste (MSMN), localizado no município de Maracanaú, no estado do Ceará (CE), são evidenciadas as transformações urbanas provocadas pela implementação desse projeto, o qual atrairá tradicionais mercados confeccionistas da região.

Por sua vez, com foco na expansão da produção de soja no Brasil e suas consequências, o nono artigo expõe impactos sociais, econômicos e ambientais (como a redução de áreas vegetais) derivados da agricultura moderna na região do Cerrado Sul Piauiense, no Nordeste brasileiro. Com base em dados do MapBiomas, foram produzidos gráficos e mapas que demonstram a expansão da soja na área entre 2001 e 2005. A partir deles, é defendida a importância e a necessidade de controle do avanço da produção agrícola no Cerrado como forma de manutenção desse bioma.

No texto “O crescimento da fome na Venezuela: a dependência econômica e o papel da ofensiva imperialista” é apresentado um panorama sobre a crise vivida por esse país latino-americano, com destaque para relação dos Estados Unidos a partir das ações governamentais estadunidenses ocorridas no início do século XXI. No artigo há uma discussão sobre a dependência econômica do petróleo e o impacto na produção de bens de consumo para o mercado interno e na situação de insegurança alimentar e fome vivida pelos venezuelanos.

Já no artigo intitulado “A agroindústria de mandioca no território brasileiro e o processo de reestruturação produtiva da agropecuária” o debate central é sobre as especificidades e desafios da produção da mandioca em um contexto de reestruturação produtiva da agropecuária no Brasil, com destaque para a mandiocultura como elemento da identidade sociocultural do povo brasileiro. A análise é feita a partir de dados primários, coletados em Paranavaí, no estado no Paraná (PR), o qual é destaque na produção de mandioca, além de dados secundários e materiais bibliográficos. Enquanto isso, no décimo segundo trabalho desta edição, os autores abordam as relações entre ontologia e Geografia a partir do pensamento Martin Heidegger. O objetivo central do texto

é mostrar como o debate ontológico foi incorporado à Geografia humanista e quais problemáticas derivam desse processo.

Em seguida, o próximo artigo, “Memórias marginalizadas: reflexões sobre pobreza urbana, cultura e gênero” procura subverter concepções tradicionalmente fixadas na Geografia para propor novas categorias de análise para a pobreza urbana a partir de questões de gênero. As pesquisadoras articulam os processos de empobrecimento e patrimonialização para destacar memórias e identidades invisibilizadas no contexto da América Latina. Ao longo do texto são mobilizados referenciais teóricos e metodológicos feministas e decoloniais, o que contribui para romper com determinadas perspectivas de ciência. Igualmente com o intuito de discutir questões de gênero na Geografia, o penúltimo artigo da edição traz uma análise do cenário da mobilidade urbana e da implementação do “vagão rosa” no contexto brasileiro. O texto traz problematizações sobre a segregação e marginalização das mulheres no país e destaca a relevância do debate sobre gênero no âmbito do planejamento urbano. Por fim, o último texto apresenta uma discussão sobre a ocupação e reocupação do espaço urbano pelas travestis. O questionamento sobre quem tem direito à cidade conduz uma análise a partir de referenciais bibliográficos e dados secundários que denunciam as violências e agressões sofridas por indivíduos LGBTQIAP+.

Diante dessa diversidade de textos, com temáticas muito interessantes e de extrema relevância para o campo acadêmico, convidamos os leitores a acessarem cada um dos artigos desta edição, os quais foram cuidadosamente selecionados para o número especial composto por um conjunto de textos apresentados durante IV Congresso Brasileiro de Organização do Espaço (CBOE), em 2023.

Boa leitura!

Profa. Dra. Cenira Maria Lupinacci

Me. José Vitor Rossi Souza